
**ESTUDO DO CONTEXTO SOCIAL NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL MILITAR**

ESTUDO DO CONTEXTO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL MILITAR

1. *Introdução*

«O conteúdo intelectual da profissão militar requer que o oficial moderno dedique cerca de um terço da sua vida profissional à aprendizagem formativa, o que possivelmente constitui uma mais alta «ratio» de tempo de aprendizagem que em qualquer outra profissão.»

Estas palavras foram escritas pelo conhecido sociólogo norte-americano Samuel Huntington, no seu livro «The soldier and the State». Constituem a verificação de uma situação de facto, e aplicam-se às Forças Armadas de todas as sociedades industriais avançadas. As razões que conduziram à necessidade de um elevado conteúdo intelectual na formação profissional dos oficiais das Forças Armadas desses países exercem-se actualmente, com maior ou menor acuidade, por todo o lado, e julgo serem válidas também no nosso país, guardadas as devidas proporções.

O tema que vou passar a desenvolver relaciona-se justamente com a análise de algumas das razões que explicam a necessidade de uma aprendizagem formativa de elevado nível para o oficial do quadro permanente, e está orientado para a parte dessa aprendizagem que vulgarmente se designa por generalista. Procurarei esclarecer primeiro o que entendo por instrução generalista, e, dentro desta, tentarei caracterizar o campo do ensino ligado ao conhecimento do Contexto Social. Seguidamente, através de algumas reflexões pessoais e socorrendo-me de alguns autores que têm estudado estes assuntos, procurarei caracterizar determinados aspectos da profissão militar, designadamente nas suas relações com o todo social, de modo a pôr em relevo as razões pelas quais se torna necessário, actualmente, o conhecimento destas matérias.

Trata-se de uma simples reflexão sobre alguns aspectos do ensino militar que julgo nem sempre serem bem compreendidos. Pretendo apenas situar e definir, no âmbito dos conceitos, o papel do estudo do contexto social na formação profissional militar.

2. Instrução Generalista e Instrução Específica

Linguagem e conceitos são instrumentos da troca de informações. Os conceitos são materializados pelas palavras mas, infelizmente, estas são muitas vezes ambíguas, e a correspondência delas com os conceitos nem sempre é unívoca. Esta multivalência das palavras é, frequentemente, a origem de mal-entendidos. Considero, por isso, útil, começar por precisar, dentro do possível, quais os conceitos que efectivamente ligo a algumas palavras essenciais ao desenvolvimento do tema.

Tem-se falado muito, entre nós, em ensino generalista, e, frequentemente, a definição é feita por oposição a ensino técnico. É também frequente ligar-se ao termo generalista, bem como ao genérico, a ideia de algo que é vago, impreciso.

Na verdade, existem outros conceitos que são, também, representados por aquelas mesmas palavras. Generalista pode entender-se como qualidade daquilo que é genérico, e este definir-se por oposição a específico (e não a técnico) como o que é essência simultânea de várias categorias. Assim, genérico é o que permite compreender como sistema um conjunto diversificado de realidades, distinguidas entre si pelas respectivas características específicas. O ensino generalista, utilizando esta acepção do termo genérico, será portanto o ensino das bases gerais que contém e de que se depreendem várias matérias que podem ser objecto de ensinos específicos. O ensino generalista aparece então, em termos de lógica, como anterior e essencial à compreensão dos ensinos específicos.

Quanto ao conceito de ensino técnico, creio que poderá ser definido a partir do conceito de técnica como conjunto de preceitos e processos, bem definidos, que se destinam intencionalmente à produção de determinados resultados. Num sentido mais restrito e moderno, o termo técnica aplica-se particularmente aos métodos organizados que se fundamentam num conhecimento científico, ou técnico. Num sentido mais geral do termo técnica, este abrange também as práticas originadas do costume, estabelecidas de forma espontânea, anteriores a, e independentes de, qualquer análise teo-

rizada. Não são estas práticas, obviamente, objecto de qualquer ensino institucionalizado, e portanto o ensino técnico parece-nos poder definir-se como o ensino dos conhecimentos ligados à aplicação prática, decorrentes, por sua vez, de conhecimentos teóricos que precedem e esclarecem a técnica.

Destas definições de conceitos pode-se concluir que o conhecimento teórico envolve o conhecimento técnico, tal como o conhecimento genérico envolve o conhecimento específico. Mas pára aí a analogia. O conhecimento teórico não coincide necessariamente com o genérico, nem o técnico com o específico. Na realidade, tanto o conhecimento teórico como o conhecimento técnico abrangem cada um deles as duas categorias de conhecimento aqui definidas como genérico e específico. Pois não é verdade que no conhecimento dos métodos organizados com o fim de obter determinado resultado, ou seja, no conhecimento da técnica, existem características essenciais comuns a várias realidades afins mas especificamente distintas, sendo, portanto, essas características genéricas? E que no conhecimento teórico ou científico não aplicado, os princípios gerais e as particularidades específicas se entrelaçam numa rede de análises e sínteses?

Quando se fala em ensino generalista, não o consideramos como oposto a ensino técnico, mas tão-só como oposto a ensino específico, considerando o primeiro como o que está mais orientado para a transmissão de conhecimentos de ordem geral e essencial, capazes de permitir ou facilitar o entendimento global de vastos conjuntos de factores, ou de realidades complexas; e o segundo como o que está mais orientado para a transmissão de conhecimentos particularizados, ou sectorizados. Um e outro podem ser predominantemente teóricos, ou técnicos, consoante o grau de utilidade imediata e directa que tiverem em relação a uma determinada prática.

Todos nós estamos permanentemente a aprender, ao longo da nossa vida. Aprendemos com a nossa própria experiência, os nossos erros e os nossos acertos dentro e fora da nossa actividade profissional, aprendemos de forma passiva, por imitação ou por impregnação do ambiente que nos rodeia, aprendemos de forma activa, buscando de modo voluntário e orientado os conhecimentos de que necessitamos, ou de que gostamos, e, em determinadas fases da nossa integração social ou da nossa integração profissional, somos conduzidos a uma aprendizagem metodicamente organizada em locais a isso especialmente destinados, as escolas. O ensino, aí ministrado, é portanto apenas uma parcela de tudo o que vamos aprendendo. Tem porém a característica extremamente importante, em termos de orga-

nização, de ser de toda a nossa aprendizagem, mais ainda do que a adquirida através da experiência profissional, a que é mais susceptível de ser orientada para determinados fins, de ser devidamente planeada, e programada, para que os profissionais de um determinado ramo de actividades possam, nas diversas funções que sucessivamente venham a desempenhar, dispor dos conhecimentos considerados necessários a um eficiente desempenho dessas funções.

Estas considerações de ordem muito genérica aplicam-se a todas as profissões, e também ao serviço prestado pelos oficiais e sargentos do quadro permanente, considere-se ou não este serviço como uma profissão.

3. *Profissionalismo militar*

E digo considere-se ou não, justamente porque não só não é inteiramente pacífico considerar-se o serviço militar do quadro permanente uma profissão no sentido vulgar do termo, como também, mais uma vez, o sentido vulgar do termo não coincide inteiramente com outros significados que a mesma palavra representa.

Assim, a existência da obrigatoriedade de prestação do serviço militar como dever cívico, põe a claro a forte componente de responsabilidade ética daquele serviço. As exigências de sacrifício pessoal, que vão até à obrigatoriedade de assumir o risco de vida, ou a imposição de disponibilidade quase total da sua própria pessoa, enquandram-se mal na ideia de uma «profissão» como as outras, no sentido vulgar que, entre nós, se costuma dar à palavra profissão.

Estas características especiais são algumas das que os sociólogos utilizam para definir Instituição. Conforme escreve Charles Moskos⁽¹⁾, «Uma instituição é legitimada em termos de valores e normas, isto é, uma finalidade transcendendo os interesses individuais em favor de um presumido bem mais elevado. Os membros de uma instituição são frequentemente considerados como seguindo uma vocação; geralmente consideram-se a eles próprios como sendo diferentes ou à parte da sociedade envolvente, e assim são considerados pelos outros. Na medida em que o ser membro de uma instituição é congruente com noções de auto-sacrifício e dedicação, isso normalmente

(¹) «Armed Forces and Society», Vol. 4, Novembro 1977.

provoca o apreço da comunidade. Embora a remuneração possa não ser comparável à que se poderia esperar em termos de economia de mercado, isso é frequentemente compensado por uma série de benefícios sociais associados com a organização institucional bem como por retribuições psicológicas. (...)

O serviço militar tem tido, tradicionalmente, muitas características institucionais.»

Nesse seu artigo o sociólogo contrapõe, à noção de instituição, a de ocupação, que define em termos de mercado, prevalecendo as retribuições salariais e as meras obrigações contratuais, umas e outras definidas com alguma intervenção dos empregados, normalmente através de associações ou sindicatos. Outro sociólogo norte-americano, Morris Janowitz⁽²⁾, identifica instituição com profissão, que contrapõe também a ocupação. Para Janowitz, profissão é um termo reservado para algumas actividades, entre as quais a militar, definidas em função de um alto grau de aptidão e conhecimentos, sentido ético e espírito de corpo.

Este conceito de profissão não é o mesmo que ligamos à palavra na utilização que dela fazemos correntemente. Para aquele autor, como também para Samuel Huntington⁽³⁾, uma profissão é um tipo peculiar de actividade organizada com características altamente especializadas, que incluem, além daquelas capacidades intelectuais, vinculação deontológica e espírito de corpo já referidas, também uma forma de vocação. Como exemplo de profissões, Huntington refere apenas três: a médica, a jurídica e a militar. Janowitz⁽⁴⁾ refere também a do professor.

Este conceito enfatiza o carácter de responsabilidade social da profissão. O serviço prestado pelo profissional é genérico e essencial, e o monopólio da sua aptidão impõe ao homem profissional o dever de desempenhar o serviço quando e sempre que requerido pela sociedade. Ele não pode recusar a sua responsabilidade social, e essa responsabilidade, bem como a devoção pela sua aptidão específica, devem sobrepôr-se à remuneração financeira como fontes da motivação profissional. A profissão torna-se portanto numa unidade moral postulando certos valores e ideias que guiam os seus membros nas relações com os outros homens.

(2) «Armed Forces and Society», Vol. 4, Novembro 1977.

(3) «The Soldier and the State».

(4) «Armed Forces and Society», Vol. 4, Novembro 1977.

Ora estas características genéricas, definidoras de um determinado conceito de profissão, aplicam-se claramente ao serviço militar. Conforme salienta Huntington acerca da aptidão profissional militar, o corpo de oficiais parece incluir grande variedade de especializações, com equivalência na sociedade civil, como engenheiros, médicos, pilotos, peritos em material, em pessoal, em informações, em comunicações, e a própria divisão das Forças Armadas nos três ramos tradicionais, Marinha, Exército, Força Aérea, parece criar grandes diferenças nas funções desempenhadas e nas aptidões requeridas.

Porém, conforme refere o mesmo sociólogo, existe uma nítida esfera de competência militar comum a todos os oficiais, e que os distingue de todos os civis. Esta esfera de competência central é o que Harold Lasswell sintetiza na frase «a administração da violência». Os deveres dos oficiais incluem a organização, equipamento, e treino, das suas Unidades, o planeamento das suas actividades, e a direcção da conduta das operações dentro e fora do combate. Essas funções requerem um alto grau de perícia. Huntington afirma mesmo que a aptidão de um oficial é uma extraordinária e complexa capacidade intelectual que requer estudo compreensivo, treino e, as palavras são dele, um amplo «background» de cultura geral para o seu domínio.

O mesmo sociólogo sublinha o facto de a responsabilidade especial do oficial das Forças Armadas ser para com o Estado, ou seja, a comunidade organizada cuja segurança militar deve garantir.

Destas considerações extraídas da análise de um conceito particular da profissão, indenticada com Instituição, permitimo-nos chamar a atenção para os seguintes pontos que iremos utilizar na nossa argumentação:

- Caracterização da profissão militar, ou instituição militar, em função de elevado nível de aptidão e conhecimentos, responsabilidade ética e espírito de corpo.
- Unidade de evolução dos conhecimentos profissionais, o que implica a necessidade de algum conhecimento da história desse conhecimento para a competência profissional.
- Importância do contexto social no desempenho do serviço profissional que é essencial para o funcionamento da sociedade. Especial responsabilidade dos militares relativamente à segurança militar do seu cliente, a sociedade.
- Identificação da aptidão para a administração da violência como aptidão central e comum a todas as especialidades militares.

4. *As Forças Armadas como instituição — suas relações com a Unidade Política em que se inserem.*

Como acabamos de ver, as Forças Armadas caracterizam-se como Instituição e o serviço nelas prestado como profissão, no sentido que a este termo é dado por alguns sociólogos.

Os membros de uma Instituição, consideram-se a si próprios e são tidos pelos outros como algo diferenciados dentro da sociedade nacional, como constituindo um grupo com identidade própria. De facto, no que diz respeito à Instituição Militar, é fácil encontrar elementos que enformam uma identidade como grupo social distinto dentro da comunidade nacional. As Forças Armadas possuem tradições, praxes, técnicas específicas, formas específicas de comunicação e deontologia própria.

Esta identidade própria é a fonte primeira do espírito de corpo. Do mesmo modo que não existe patriotismo sem identidade nacional, não é possível criar a adesão emotiva entre os elementos de um qualquer grupo, se esse grupo não for tido como uma realidade distinguível das outras, e mais ainda, merecedora de sacrifícios pessoais. O primeiro passo para que se crie um espírito de corpo é portanto reforçar a identidade do grupo social, e criar nos elementos que o compõem não só o conhecimento dessa identidade como a convicção de que ela merece alguma forma de dedicação pessoal. Ou seja, por outras palavras, criar o *orgulho de pertencer*.

O espírito de corpo, elemento base de caracterização da profissão militar, como constatámos, e valor essencial da eficiência das Unidades Militares, como sabemos, depende pois da identidade conseguida para o grupo. Quando se trata de uma Unidade Militar, a identidade do grupo é em parte, própria, específica, em parte comum ao Ramo, e à Instituição no seu conjunto. Por sua vez, a identidade da própria Instituição só em parte se distingue da identidade nacional.

O problema que se põe, no que diz respeito ao desenvolvimento do espírito de corpo e, paralelamente, da parcela original da identidade de um grupo que se insere noutro mais vasto, é que podem surgir desvios. O excesso de identidade dos grupos menores pode conduzir ao enfraquecimento da coesão dos grupos maiores. No caso das Forças Armadas, um tal resultado equivaleria, porém, à negação da responsabilidade que, por imperativo deontológico, assumem perante o Estado-Nação.

Isso conduz-nos à consideração de outra das três componentes essenciais no definir da profissão, isto é, um elevado nível de responsabilidade ética.

Como todos sabemos, e peço desculpa de recordar verdades elementares, uma deontologia é um conjunto de preceitos ou normas orientadoras da acção. Toda a actividade social dos elementos de uma sociedade reflecte, de uma forma ou de outra, a influência da moral dominante. Esta desempenha um papel muito importante na definição das relações entre os elementos, sendo desse modo também um factor na coesão interna do grupo, quer por essa acção directa na orientação das relações entre os membros, quer também funcionando como elemento de referência — os vários componentes do grupo reconhecem-se entre si por acatarem os mesmos preceitos morais e aceitarem a mesma hierarquia de valores.

No interior do grupo social Forças Armadas existe, e assume especial importância, uma deontologia própria. Podemos, de forma muito simples e rápida, distinguir três funções fundamentais para essa deontologia. Por um lado, ela redefine os valores e as hierarquias de valores aceites na sociedade nacional, contribuindo assim para a formação da identidade cultural própria da Instituição Forças Armadas. Por outro, através dos valores e normas de conduta que interioriza nos indivíduos, estabelece uma rede de referências para a conduta e constitui-se em elemento essencial de uma disciplina conscientemente aceite e praticada. Através destas duas funções, a ética militar contribui para a coesão dos militares, que se reconhecem na mesma prática moral, e se submetem de boa vontade à mesma disciplina. Finalmente, a terceira função que nos parece desempenhar a deontologia militar é a de orientar as relações entre as Forças Armadas e a unidade política de que estas são elemento constituinte.

Efectivamente, entre os ditames que integram qualquer código de ética militar figura com destaque o dever de lealdade à Pátria, que, sendo dever geral de todos os cidadãos, é dever muito especial dos militares, membros de uma profissão especificamente designada para guardar e proteger o Estado-Nação. Como corolário lógico desse dever geral de lealdade, decorre para o chefe militar a necessidade de desenvolver os seus conhecimentos sócio-políticos, já que, sendo o suporte inteligente da Constituição em vigor, deve conhecer em detalhe como funciona o sistema social e o Governo, e, sendo o actual sistema internacional dominado pela confrontação ideológica, a defesa contra a propaganda e a subversão passam necessariamente pela compreensão do que está em jogo, das verdadeiras finalidades escondidas e das consequências nem sempre previstas.

A missão primária de quaisquer Forças Armadas é, como consta, para as nossas, no artigo 273 da Constituição, garantir a Independência Nacional, a unidade do Estado e a integridade do território. Surge assim um possível dilema. As Forças Armadas, pela própria dinâmica da sua organização e da sua especificidade cultural como Instituição, bem como pela necessidade de cultivar um elevado espírito de corpo, são conduzidas a uma afirmação da sua identidade como grupo social. Porém, pela sua missão e pela sua responsabilidade ética, as Forças Armadas devem garantir a unidade do Estado e esta é enfraquecida se elas próprias assumirem uma identidade excessiva. A conciliação possível entre essa tendência para a afirmação de uma identidade cultural própria e a coincidência necessária entre os seus objectivos últimos e a identidade cultural da nação, pressuposto da prossecução da sua independência e soberania, parece poder fazer-se desde que a afirmação da identidade das Forças Armadas seja adquirida no sentido da escolha e acentuação de factores culturais, designadamente valores morais, que melhor sirvam a própria unidade e identidade nacional. Isto é, a acentuação da originalidade cultural das Forças Armadas deverá arrastar consigo o fortalecimento da Unidade nacional. É por isso que o culto do patriotismo é elemento indispensável, e muito importante da actividade militar.

O nacionalismo mais não é, efectivamente, do que a consciência colectiva dos laços que unem um povo por cima da teia de interesses individuais e grupais e das solidariedades menores dentro de outros grupos sociais (família, associações, grupos profissionais, desportivos, regionais, etc.). Esses laços que unem são materializados por convicções. São essas convicções que permitem a cada um de nós perceber a identidade colectiva, e são essas convicções que podem gerar a indispensável vontade de conservar e defender essa identidade colectiva, a identidade nacional. É neste ponto, na possibilidade de obter a colaboração emocionalmente comprometida da generalidade dos cidadãos que intervém o sentimento patriótico. Deste modo se vê que além de outras razões, até por imperativo técnico de bem cumprir a sua missão deverá ser preocupação das Forças Armadas cultivar o sentimento patriótico.

Como todas as convicções e estados de espírito, o sentimento nacionalista ou patriótico inclui uma parcela de conhecimento. Este pode ser adquirido, e é, tanto dentro como fora das Forças Armadas, tanto por impregnação do meio social como pelo ensino nas escolas. Sendo porém

o patriotismo assumido pelas Forças Armadas como valor que concorre para o cumprimento da sua missão, poderá considerar-se que os elementos de conhecimento que contribuem para a formação daquelas convicções patrióticas devam ser ensinados nas escolas militares, e conhecimentos adequados da História Nacional e dos principais parâmetros culturais definidores da Identidade Nacional, poderão assim ser considerados úteis, à luz dessa preocupação, no exercício da actividade profissional.

De tudo o que atrás ficou dito, parecem emergir já algumas conclusões. A necessidade de preservar a identidade da Instituição, necessária ao espírito de corpo, parece aconselhar o estudo e o ensino dos valores culturais que se lhes possam considerar próprios, designadamente a História e a Ética militares. A responsabilidade moral perante a Nação impondo a subordinação política e o culto do patriotismo, parecem aconselhar o estudo e o ensino das ciências sociais e políticas, da História Nacional, da cultura nacional.

5. As Forças Armadas nas relações entre os Estados

Numa perspectiva histórica, desde o estabelecimento da forma moderna das Forças Armadas, à volta de um núcleo de profissionais, no início do século XIX, pode-se dizer que as transformações sociais têm conduzido a uma acentuação da profissionalização militar, na medida em que as inovações técnicas no armamento e no equipamento e o aumento contínuo da dimensão das Forças Armadas, têm obrigado os Quadros Permanentes a uma cada vez mais elaborada formação técnica e científica, tanto para utilização do material como para administração do pessoal e dos recursos. Paralelamente, os sistemas de relações entre os Estados alargaram-se até englobar todo o planeta. As decisões mesmo em tempo de paz e num pequeno país podem, eventualmente, ter consequências estratégicas e repercutir-se a grande distância, no delicado «puzzle» do equilíbrio de forças de que depende a paz e a guerra.

O equilíbrio do sistema internacional baseia-se sempre numa instável composição de forças, sempre em causa, sempre evoluindo, porque a força relativa dos estados ou das alianças — a força real ou a força presumida — depende de um sem-número de factores internos e externos — recursos materiais e humanos, desenvolvimento económico, científico, tecnológico, organização e estabilidade social, capacidade de mobilização em termos materiais e morais, etc.

Por outro lado, sendo a independência nacional um valor relativo definido em função das relações com os outros estados soberanos, e consistindo, em última análise, na liberdade de decidir em função dos interesses e vontade nacionais, essa independência pode ser diminuída quer por coacções exercidas directamente sobre a decisão, quer, por forma mais insidiosa, influyendo na formação da vontade e na definição dos interesses nacionais. Fácil é portanto perceber como as práticas da política interna poderão muitas vezes influenciar e ter repercussões na Segurança Nacional.

Quando Raymond Aron⁽⁵⁾ fala do soldado no campo de batalha, e nessas circunstâncias afirma a sua identificação com o todo da Unidade Política que representa, ele muito claramente refere-se a esse aspecto muito peculiar da profissão militar que consiste na administração da violência. Administração, é uma palavra que convém sublinhar. Trata-se de gestão, com todas as implicações do conceito, não apenas da simples aplicação. É do âmbito da formação profissional militar preparar o oficial para organizar, planear, coordenar, e decidir onde, como, quando e se, a violência sob o seu controlo deva ser aplicada, sempre em obediência e dentro do quadro das suas missões e dependências hierárquicas.

Segundo o mesmo Raymond Aron, a guerra, todas as guerras, contém três elementos. Um elemento passional, ligado à impulsão agressiva, biológica, que implica sobretudo os povos em luta. Um elemento aleatório, cálculo de probabilidades misturando audácia e prudência na acção, que interessa sobretudo os militares. E um racional, que resulta da guerra ser um acto político, que interessa sobretudo os governantes, e que deve ser o decisivo e comandar tudo.

Cálculo de probabilidades misturando audácia e prudência na acção. Alguns conhecimentos do comportamento humano, dos antecedentes históricos, dos factores sociais, políticos e económicos em jogo, não ajudarão a melhorar as probabilidades de calcular certo? Creio que a resposta se encontra na frase de Huntington quando afirma que «Os métodos de organização e aplicação da violência em qualquer estágio da história estão intimamente relacionados com todo o padrão cultural da sociedade».

6. Conclusões

Da argumentação apresentada ao longo deste trabalho foram aparecendo algumas razões justificativas da importância do estudo do contexto social na formação profissional militar. Essas razões apareceram ordenadas

(5) «Paix et Guerre entre les Nations».

segundo três níveis de inserção e de responsabilidade, ou seja, a Instituição, o Estado-Nação, e o sistema internacional.

Em termos de Instituição, vimos que é pressuposto teórico do próprio conceito possuírem os seus membros, neste caso os oficiais do quadro permanente, um elevado nível de conhecimentos, um profundo sentido de responsabilidade ética, um desenvolvido espírito de corpo. Estas características enquadram-se facilmente na noção que todos temos dos requisitos da eficiência. As Forças Armadas serão tanto mais aptas a cumprir a sua missão quanto mais elevada for a aptidão e coesão dos seus membros, e ninguém tem dúvidas de que o culto dos valores morais é essencial numa profissão que é destinada a exercer-se em condições de grande tensão emocional e psíquica, e que sem esses valores a disciplina e o espírito de corpo seriam conchas vazias e toda a eficiência seria comprometida.

Deontologia profissional e espírito de corpo aprendem-se sobretudo na prática quotidiana, é certo. Mas dependem também da imagem que a Instituição criar de si própria, da preservação, desenvolvimento e divulgação dos valores culturais que explicam e dignificam a Instituição, designadamente a História e Ética militares. Deste modo, o estudo destas matérias, e de outras com elas relacionadas, tem lugar de pleno direito no ensino profissional militar na medida em que está directamente ligado à eficiência profissional através das necessidades de elevados níveis deontológicos e de coesão.

A profissão militar deve exigir dos seus oficiais também um elevado nível de conhecimentos e capacidades. Isto inclui, como é evidente e nem seria preciso aqui sublinhar, sobretudo uma elevada capacidade técnica orientada para as tarefas de comando, administração e emprego de forças. Mas as responsabilidades e preocupações de um chefe militar, dentro das suas funções estritamente militares de comando, administração e emprego de forças, não encontram todas as respostas de que necessitam no estrito conhecimento das técnicas de execução e dos princípios teóricos de que elas são directamente deduzidas e que as esclarecem. Dentro do cumprimento das suas funções, o comandante militar precisa tornar-se apto a compreender e explicar os objectivos das actividades militares, necessita compreender e explicar a sua organização a outras organizações militares e à liderança política civil.

Nestas circunstâncias um conhecimento mais aprofundado dos principais factores sócio-culturais, políticos e económicos da comunidade nacional pode ser não só útil, mas, muitas vezes, necessário.

A Instituição Forças Armadas não existe isolada para se sustentar a si própria. Ela insere-se na Nação e serve a Nação. Vimos também que a responsabilidade ética das Forças Armadas perante a nação impõe a subordinação política e o culto do patriotismo. Sem subordinação política, o sistema democrático de governação por representação do todo nacional ficaria esvaziado de sentido, sem o culto do patriotismo o desenvolvimento das características de identidade e de afirmação da Instituição poderiam causar o desequilíbrio entre os vários elementos constitutivos da comunidade nacional e, desse modo, prejudicar a Unidade e a Segurança Nacional.

A constatação destes factos leva-nos naturalmente a considerar a necessidade de estudar o que contribua para melhor conhecer a identidade nacional.

Sem isso, como promover e orientar um adequado e equilibrado sentimento patriótico entre os nossos comandados, como perceber quais as acções que possam pôr em caura a unidade nacional cuja perservação é missão nossa?

Finalmente, considerámos o aspecto da acção das Forças Armadas no sistema internacional. No fim de contas, é a conservação, a sobrevivência da unidade política que está na origem da razão de ser das Forças Armadas. A Independência e a Segurança Nacional são os objectivos últimos de todas as suas missões, e estas são definidas em função das razões políticas e estratégicas. Independência, Segurança, política e estratégia, são constantemente condicionadas pelos problemas de relações internacionais, de recursos, de energia, de desenvolvimento económico, de lutas ideológicas, etc. O conhecimento de todas estas matérias parece pois também justificar-se no quadro de uma completa formação profissional militar, já que, em determinados pontos das suas carreiras, os oficiais podem vir a ser confrontados com problemas com elas relacionados.

Do que acabou de ser dito gostaria que não fossem retiradas conclusões que excedem as premissas. Procurei estabelecer razões que penso justificarem a inclusão do estudo de algumas matérias não directamente relacionadas com o exercício imediato e restrito da função militar, nos programas do ensino profissional. Embora não directamente relacionados com uma execução restrita, as próprias necessidades dessa execução obrigam a um conhecimento mais organizado, mais consciente, do meio em que ela se efectua, porque esse meio explica e influencia a execução. Não é posta em causa a necessidade de, antes de tudo, o oficial conhecer bem o seu

ofício, isto é, as técnicas específicas da sua actuação. Pelo contrário, tal conhecimento é pressuposto dos conhecimentos do contexto social que aqui se têm defendido como também necessários, para o exercício esclarecido da função. Quando não se sabe executar a função, para quê saber relacioná-la com o meio?

A necessidade deste tipo de conhecimentos também não se faz sentir nem do mesmo modo, nem com a mesma intensidade, ao longo da carreira do oficial. Fácil é notar que a ética militar, a história, a compreensão e estudo dos factores sócio-culturais que fundamentam o patriotismo, são necessários ao oficial desde o princípio da sua carreira. Alguns conhecimentos da organização e dinâmica social, política, económica, de estratégia e de relações internacionais, poderão ser úteis a meio da carreira quando a transformação qualitativa das carreiras aproxima os oficiais de tarefas de organização e planeamento e os afasta da execução simples. Mas é no topo da sua carreira, quando ascende aos níveis superiores onde se tomam as grandes decisões de fundo, e onde a Instituição dialoga com as outras forças sociais e com o poder político, que todos estes conhecimentos assumem a sua maior relevância e utilidade. Mesmo que não se concorde inteiramente com Janowitz, quando, no «Soldado profissional», escreve a propósito dos mais altos escalões militares que «todos os tipos de elites devem ser de preferência hábeis na direcção de relações interpessoais, na tomada de decisões estratégicas e em negociação política, do que no desempenho de tarefas técnicas», mesmo assim, poderemos concordar que nos escalões inferiores e intermédios o estudo do contexto social tem sobretudo um carácter supletivo, de ilustração, compreensão dos conhecimentos e procedimentos directamente profissionais, mas que nos escalões superiores começa a assumir um papel progressivamente mais importante e mais directamente aplicável à imediata execução dos procedimentos profissionais.

Raul François Ribeiro Carneiro Martins

Coronel de Artilharia Pára-quedista

Professor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea